

**31 - 03 | 2025****DETERMINANTES SÓCIO-ECONÓMICOS ASSOCIADOS À
PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE****Socioeconomic determinants associated with agricultural productivity in
Mozambique****Determinantes socioeconómicos asociados a la productividad agrícola en
Mozambique****José Eugénio Travasso Faria¹**¹*Mestre em Desenvolvimento Agrário. Professor do Instituto Superior Mutasa. email:
pebane2021@gmail.com*Autor para correspondência: pebane2021@gmail.com**Data de recepção: 17-01-2025****Data de aceitação: 02-03-2025****Como citar este artigo:** Faria, J. E. T. (2025). Determinantes sócio-económicos associados à
produtividade agrícola em Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp.
185-196. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.**RESUMO**

Esta pesquisa, situada no campo da "Questão Agrária", tem o objetivo investigar os determinantes socioeconómicos associados à produtividade agrícola em Moçambique, contribuindo para o entendimento crítico do impacto dessa produtividade no crescimento económico do país. Utilizando uma metodologia de análise bibliográfica e documental fundamentada no método do materialismo histórico, a pesquisa examina os determinantes socioeconómicos associados à produtividade agrícola. Os resultados da pesquisa revelam que o setor agrícola em Moçambique é caracterizado pela utilização limitada de serviços de extensão, acesso restrito a informações sobre preços de mercado e acesso limitado a serviços financeiros. Esta falta de investimentos essenciais restringe o potencial produtivo do setor agrícola, limitando as oportunidades de crescimento e desenvolvimento económico.

Palavras-chave:

Agricultura, determinantes socioeconómicos, produtividade agrícola.

ABSTRACT

This research, situated in the field of the "Agrarian Question," aims to investigate the socioeconomic determinants associated with agricultural productivity in Mozambique, contributing to a critical understanding of the impact of this productivity on the country's economic growth. Utilizing a methodology of bibliographic and documentary analysis based on the method of historical materialism, the research examines the socioeconomic determinants associated with agricultural productivity. The research results reveal that the agrarian sector in Mozambique is characterized by limited use of extension services, restricted access to market price information, and limited access to financial services. This lack of essential investments restricts the productive potential of the agrarian sector, limiting opportunities for growth and economic development.

Keywords: Agriculture, socioeconomic determinants, agricultural productivity.

RESUMEN

Esta investigación, situada en el campo de la “Cuestión Agraria”, tiene como objetivo investigar los determinantes socioeconómicos asociados a la productividad agrícola en Mozambique, contribuyendo a la comprensión crítica del impacto de esta productividad en el crecimiento económico del país. Utilizando una metodología de análisis bibliográfico y documental basada en el método del materialismo histórico, la investigación examina los determinantes socioeconómicos asociados a la productividad agrícola. Los resultados de la investigación revelan que el sector agrícola en Mozambique se caracteriza por un uso limitado de los servicios de extensión, un acceso restringido a la información sobre los precios del mercado y un acceso limitado a los servicios financieros. Esta falta de inversiones esenciales restringe el potencial productivo del sector agrícola, limitando las oportunidades de crecimiento y desarrollo económico.

Palabras clave: Agricultura, determinantes socioeconómicos, productividad agrícola

INTRODUÇÃO

A produtividade agrícola em Moçambique é influenciada por uma variedade de fatores socioeconómicos que desempenham um papel crucial na determinação da eficiência e do rendimento das atividades agrícolas. Estes fatores podem ser categorizados em várias dimensões, incluindo, mas não se limitando a, aspectos demográficos, educacionais, infraestruturais, de acesso a recursos e políticas públicas.

Dada a complexidade da questão da produtividade agrícola, nesta pesquisa restringe-se para uma análise crítica das determinantes socioeconómicas a ela associadas. Neste estudo, será dada especial atenção às questões relacionadas ao acesso

a recursos financeiros, como crédito agrícola e aos serviços de extensão agrária, visto que constituem umas determinantes cruciais da produtividade agrícola. A agricultura é uma das principais fontes de emprego e renda em muitos países, especialmente nos países em desenvolvimento. Estudos sobre produtividade podem ajudar a identificar métodos mais eficientes de produção, contribuindo para a redução da fome e da desnutrição.

Em África, a atividade agrícola desempenha um papel dominante no cenário económico, representando não apenas uma significativa fonte de emprego e renda para a maioria da população, mas também uma importante fonte de receita governamental, derivada da exportação de produtos agrícolas e da pesca. Em Moçambique, a agricultura é a principal fonte de renda, empregando mais de 80% da população e contribuindo com cerca de 25% do Produto Interno Bruto (INE, 2010). Cerca de 3,9 milhões de famílias praticam agricultura em regime de sequeiro no seu local de residência em Moçambique, em parcelas de terra em média de 1,1 hectares (Mader, 2020).

Nos últimos anos, a agricultura em Moçambique exhibe uma tendência de declínio na produção per capita, na área média por exploração e na produtividade dos fatores (Carrilho & Ribeiro, 2020). Os determinantes sócios económicos, como as dinâmicas nos mercados de bens e serviços e a capacidade financeira do país para apoiar o desenvolvimento agrícola, juntamente com a limitada utilização de serviços de extensão agrícola e fertilizantes, têm sido identificados como fatores restritivos na produção agrícola. Portanto, esta pesquisa pretendemos avaliar até que ponto os insumos agrícolas incluindo a utilização de fertilizantes e pesticidas, bem como, capacidade financeira do país influenciam na produtividade da agricultura em Moçambique?

Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar os determinantes

socioeconômicos que afetam a produtividade agrária em Moçambique, contribuindo para o entendimento crítico do impacto dessa produtividade no crescimento econômico do país. Especificamente a pesquisa visa analisar a influência dos serviços de extensão agrícola na produtividade agrária em Moçambique; examinar o acesso dos agricultores a informações sobre preços de mercado; e avaliar a disponibilidade e o impacto dos serviços financeiros e de crédito para os agricultores.

Os estudos dos determinantes socioeconômicos associados à produtividade agrícola em Moçambique são escassos na literatura existente. A grande maioria dos estudos referentes a produtividade agrária concentra-se em escalas globais e continentais, com pouca atenção voltada para análises em escalas locais, como a unidade de produção. Assim, investigar os determinantes socioeconômicos em Moçambique poderá contribuir para o desenvolvimento da economia local e consequente a erradicação da insegurança alimentar.

O estudo é organizado em cinco seções, além da introdução. Na primeira parte, aborda-se o tema central, o problema de estudo, questões inerentes à originalidade do estudo, seu potencial de multiplicação e a relevância dos resultados esperados. A segunda parte destaca o referencial teórico. A terceira seção é reservada para a apresentação da metodologia utilizada. A quarta seção são analisados e interpretados os dados coletados e última parte apresentam se as referências bibliográficas.

Referencial teórico

A pesquisa situa-se no campo da “Questão Agrária”. Atualmente, prevalece o consenso que a “Questão Agrária” representa um campo de estudo científico que se dedica a estudar, de maneira abrangente ou em contextos particulares, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra. Estas três dimensões apresentam

atributos distintos, ainda que sejam interdependentes. A “Questão Agrária” é o resultado do desenvolvimento desigual da produtividade entre agricultura camponesa e agricultura capitalista (Amin, 2012). Podemos medir a produtividade bruta do trabalho agrícola pela produção de cereais por trabalhador agrícola por ano.

Em pouco mais de meio século, a disparidade entre a produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, que é exclusivamente realizada com o uso de ferramentas manuais (tais como enxada, pá, faca etc.), e a agricultura mais avançada e bem equipada do momento, de fato, se acentuou: passou de 1 contra 10 no período do entre as guerras mundiais, para 1 contra 2.000 no final do século XX (Mazoyer & Laurence, 2009). Isso implica que o progresso da produtividade na agricultura e na produção de alimentos foi muito mais desigual do que em qualquer outra área. Concomitantemente, essa evolução resultou na redução dos preços relativos dos produtos alimentícios (em comparação com outros produtos industriais e de serviços) para cerca de um quinto do que eram há cinquenta anos.

Por outro lado, “os sistemas de agricultura camponesa ainda constituem a ocupação de quase metade da humanidade, ou seja, três bilhões de seres humanos” (Amin, 2012, p.12). Esses sistemas agrícolas se dividem entre aqueles que se beneficiaram da revolução verde (fertilizantes, pesticidas e sementes selecionadas), mas ainda operam com pouca mecanização, com uma produção variado entre entre 100 e 500 quintais por agricultor, e outro grupo excluído dessa revolução, com uma produção estimada em torno de 10 quintais por agricultor.

A “Questão Agrária” tem sido caracterizada pela articulação de respostas de certas organizações políticas determinadas e por situações circunstâncias particulares. Particularmente, os dois eminentes clássicos sobre o tema, ambos publicados em 1899, "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" (Lênin, 1899/1969)

e "A Questão Agrária" (Kautsky, 1899/1980), podem ser devidamente apreendidos no contexto das lutas políticas em que se inseriam seus autores, sendo mais apropriado entendê-los como reflexos intrínsecos dessas lutas do que meras aplicações de uma doutrina elaborada, ainda que de forma incipiente, sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Abromovay, 1998).

Para efeito, é essencial considerar não apenas a dimensão económica, mas também a política e ideológica, a fim de compreender as dinâmicas subjacentes, as alianças e os conflitos, os interesses convergentes e divergentes, bem como a postura dos produtores em relação ao modo de produção capitalista. Assumimos como método científico de abordagem e foco de análise, a orientação marxista (materialismo histórico e dialético), que sugere que a "Questão Agrária" possui uma dimensão sócio económica e histórica, pois a sua gênese deriva do processo de acumulação primitiva do capital. Segundo esta perspectiva, o modo de produção local e as relações de produção determinam como os trabalhadores agrários as suas terras e as transformações que se registam. O modelo de desenvolvimento agrário em Moçambique converge e atende às demandas da acção capitalista e os agricultores procuram ajustar-se a novos contextos, simultaneamente através de processos de resistência e/ou de integração perante a penetração do capital e novas formas de mercado (Bruna, 2017).

Em Moçambique os serviços básicos de sanidade vegetal e animal, de investigação e de extensão agrárias, de estatística, de fiscalização e controle de qualidade, de proteção e desenvolvimento do material genético, de imposição da lei e solução das distorções de mercado perderam prioridade em relação dos interesses privados localizados e pontuais (Carrilho; Ribeiro, 2020). Conforme aponta Mosca (2023) em Moçambique, a colonização até o final do século XIX, pode ser caracterizada predominantemente como uma estratégia

de exploração, sendo orientada principalmente para a extração de mão de obra (por meio da escravidão) e recursos naturais (tais como marfim, ouro e gemas preciosas), em algumas regiões voltadas também para a produção de produtos agrícolas-commodities.

A partir desse período, a estrutura económica se delineia em torno de quatro eixos fundamentais, que se influenciam reciprocamente: (1) a relação com Portugal, que se caracteriza por um enfoque na agricultura voltada para exportação e abastecimento da indústria metropolitana, especialmente na área têxtil, além do desenvolvimento do capitalismo decorrente do aumento da imigração de colonos, que faz parte da estratégia de ocupação política e económica; (2) a integração regional, em especial com a África do Sul e a então Rodésia do Sul, através da exportação de mão de obra e da prestação de serviços de transporte ferroviário e rodoviário e para esses territórios, envolvendo mercadorias e pessoas, com a utilização dos portos de Lourenço Marques e Beira; (3) o que Leite (1999) denominou de "eixo do Índico", que se relaciona sobretudo com a Índia, predominantemente através de trocas comerciais; e (4) a emergência de um capitalismo interno, baseado na agricultura, na indústria agroindustrial e alimentar, na indústria de substituição de importações e na construção civil (cimento, imobiliária e infraestruturas).

De acordo com a linha de pensamento de Bebbington (1999), as estratégias de subsistência estão intrinsecamente vinculadas à capacidade das famílias de obter diversos tipos de capitais, tais como o capital humano, físico e social. Em virtude de períodos prolongados de conflito armado e de políticas coloniais desfavoráveis à educação em Moçambique, os níveis de instrução permanecem consideravelmente reduzidos em comparação com outras nações em desenvolvimento. Consequentemente, as estratégias de subsistência da população rural baseiam-se predominantemente em atividades

agrícolas e pecuárias, bem como na exploração de recursos naturais, tais como o corte e comércio de caniços e estacas, e a coleta de mel. Os pobres seriam desproporcionalmente afetados por um sistema agrário ineficaz, pois estes gastam a maior parte dos seus rendimentos em despesas alimentares (Kalecki, 1993).

A crescente precarização das condições de trabalho, o fraco desempenho da agricultura familiar, as políticas e os movimentos políticos observados entre os agricultores constituem manifestações contemporâneas evidenciando a crescente subordinação da agricultura à lógica capitalista. Nesse contexto, verifica-se a diferenciação social entre os agricultores familiares, dado que o avanço socioeconômico de determinados agricultores coexiste ao mesmo tempo em que outros veem a sua reprodução social comprometida.

Na África subsahariana, o padrão de “ajuste setorial” na agricultura sob a custódia das instituições de Bretton Woods tem sido inequivocamente voltado para a destruição da segurança alimentar. A dependência em relação ao mercado mundial foi reforçada, a “ajuda alimentar” para a África subsahariana aumentou mais de sete vezes desde 1974, e as importações comerciais de grãos mais que dobraram. Assim “as importações de grãos para a África subsahariana aumentaram de 3,72 milhões de toneladas em 1974 para 8.47 milhões de toneladas em 1993. Ajuda alimentar aumentou de 910 000 toneladas em 1974 para 6.64 milhões de toneladas em 1993” (Chossundovsky, 2003, p. 99).

Portanto, na visão de Chossundovsky (2003) a análise das estratégias de reprodução fundamenta-se na premissa de uma agricultura familiar submetida à mercantilização. Nessa perspectiva, procura-se examinar de que maneira as estratégias de reprodução dos agricultores são influenciadas pelas transformações impostas pelo capitalismo nas configurações socioeconômicas. No entanto, as dinâmicas da agricultura familiar estão cada vez mais influenciadas

pela globalização e pela integração nos mercados agrícolas globais. As pressões externas, como políticas econômicas neoliberais, investimentos estrangeiros e mudanças climáticas, têm impactado significativamente a estrutura agrária do país, levando a transformações na produção, distribuição e acesso aos alimentos. Essas transformações, por sua vez, têm repercussões diretas na incidência da fome e na segurança alimentar das populações rurais e urbanas.

Daí cabe à família, por meio do núcleo doméstico, a prerrogativa de determinar as estratégias de reprodução a serem adotadas, com base nas circunstâncias imperativas enfrentadas por seus membros. A estrutura da ocupação da terra mudou radicalmente e está agora passando por uma reconfiguração no âmbito de uma nova forma mercantilizada de ocupação da terra. Em conjunto, esses fenômenos afetam a formação de classes, a organização sócio-política futura e, por extensão, questões de acesso à terra e posse de terras. As populações agrária experimentam dois ciclos de desapropriação e reintegração de posse de terra. Primeiro, nas mãos dos portugueses, e segundo, nas mãos do governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no período da coletivização (Tanner, et al., 1993).

Em Moçambique a sustentação do sistema de agricultura familiar ocorre por meio do aumento de explorações, progressivamente menores, que acompanham a dinâmica demográfica, resultando em um desmatamento sistemático sem expansão da área total. Além disso, verifica-se uma baixa adoção de tecnologias, vulnerabilidade a flutuações meteorológicas e uma perda anual de floresta estimada entre 3% e 4% da área cultivada (Carrilho; Ribeiro, 2020). Apesar de desempenhar um papel significativo na produção de alimentos e no uso da terra, o setor familiar agrário apresenta uma integração apenas parcial no mercado.

Nota-se que, à medida que o modo de produção capitalista se aprofunda,

intensificando suas contradições e gerando uma nova configuração entre as classes sociais, surgem novas demandas para o Estado. Essas demandas exigem do Estado uma maior funcionalidade em relação à lógica do monopólio. Facto que ficou conhecido por “refuncionalização do Estado”, em que a instância estatal passa a desempenhar uma série de funções destinadas a subsidiar as necessidades do capital na fase do monopólio (Netto, 1996). Diante de tal fenômeno, o capital financeiro aliado aos capitais nacionais desenvolve uma nova forma de enfrentar a crise por um lado ampliando a exploração do trabalhador e por outro lado subjugando os pequenos e médios capitais. Surge assim o projeto neoliberal. A pragmática neoliberal configura-se, assim, como estratégia hegemônica de reestruturação de capital face à crise e às lutas de classes, e que deriva basicamente em três frentes articuladas: “o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas reestruturação produtiva e (contra) -reforma do Estado” (Montaño, 2003, p. 26). Assim, no capitalismo concorrencial, o Estado atua para assegurar o funcionamento da ordem burguesa, frequentemente por meio da repressão, em resposta às demandas dos trabalhadores. Entretanto, com o advento do monopólio, o Estado assume diretamente a responsabilidade pela preservação física e o controle ideológico dos trabalhadores.

As políticas sociais e as instituições desempenham objetivamente essas funções, garantindo certa renda para sustentar o consumo do trabalhador e sua família, por um lado, e, por outro lado, promovendo a homogeneização do discurso e do ideário burguês entre os trabalhadores (Netto, 1996). Esse redirecionamento visa atender exclusivamente a sectores de necessidades específicas, o que acaba por permitir a sua precarização. Além disso, essas políticas são descentralizadas administrativamente, resultando em regiões carentes tendo que lidar com a

administração de recursos insuficientes para atender suas demandas (Montaño, 2003).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida através de procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e documental, com análises qualitativas. A metodologia proposta permitiu uma análise abrangente e crítica dos determinantes socioeconômicos que afetam a produtividade agrária em Moçambique, contribuindo para um entendimento mais profundo de como esses fatores influenciam o desenvolvimento econômico do país. Ademais, a combinação de pesquisa bibliográfica e documental forneceu uma base sólida para discutir implicações políticas e práticas agrícolas no contexto moçambicano. A pesquisa foi conduzida de maneira não sistemática, integrando as fontes consultadas com base no meu conhecimento e experiência acumulados ao longo dos anos. A pesquisa bibliográfica envolveu a revisão da literatura acadêmica existente sobre a produtividade agrária, tanto em Moçambique quanto em contextos semelhantes. A bibliografia consultada foi selecionada com foco em estudos publicados nos últimos 20 anos para garantir relevância e atualidade. Para tal, foram identificados livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações relevantes sobre o tema. Foram consultados relatórios de instituições como o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Banco Mundial.

A análise e o tratamento dos dados foram com base na análise de conteúdo, que consistiu na análise interpretativa dos dados categorizados, buscando compreender as relações e impactos dos determinantes socioeconômicos na produtividade agrícola. Por fim, fizemos a triangulação dos dados, que consistiu na comparação

entre dados bibliográficos e documentais para garantir a validade e confiabilidade dos achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão analisados e interpretados os dados coletados sobre os determinantes socioeconómicos associados à produtividade agrícola em Moçambique. A investigação focou-se em identificar e avaliar os principais fatores que influenciam a eficiência e o rendimento das atividades agrícolas, fornecendo uma visão abrangente sobre como diferentes aspectos socioeconómicos interagem para moldar os resultados agrícolas. A análise dos dados será estruturada de maneira a abordar sistematicamente os vários determinantes identificados, incluindo fatores como as dinâmicas nos mercados de bens, o acesso aos serviços de extensão agrária e a capacidade financeira do país para apoiar o desenvolvimento agrícola.

Determinantes socioeconómicos associados à produtividade agrícola

O primeiro fator determinante é a desproporção de alocação dos recursos financeiros governamentais destinados à agricultura, quando comparados com outros

sectores da economia. Conforme defende Nova et al. (2019, p. 3), (1) as dotações orçamentais para o sector agrário, entre os anos 2001 e 2018, foram, em média, de cerca de 4% do total orçamento para o sector público; (2) este sector absorveu cerca de 21% do investimento aprovado pelo então Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APIEX) entre 2001 e 2017, sendo este maioritariamente em capital estrangeiro; (3) a agricultura obteve cerca de 8% do crédito total para a economia entre 2001 e 2017, com tendência baixar (3,5% em 2017); e, (4) no mesmo período, a balança comercial permaneceu crescentemente deficitária.

Entre 2020 e 2021, a média anual alocada para a agricultura foi aproximadamente 9,6% e 5,5% do orçamento total do Estado, conforme reportado pelos Indicadores Básicos de Agricultura e Alimentação (2020-2022), como ilustra o gráfico 1. Estes valores estão abaixo da meta estabelecida pelo Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), que era de 10%. Posteriormente, em 2022, a porção destinada à agricultura subiu para apenas 15,1% do orçamento da Conta Geral de Estado.

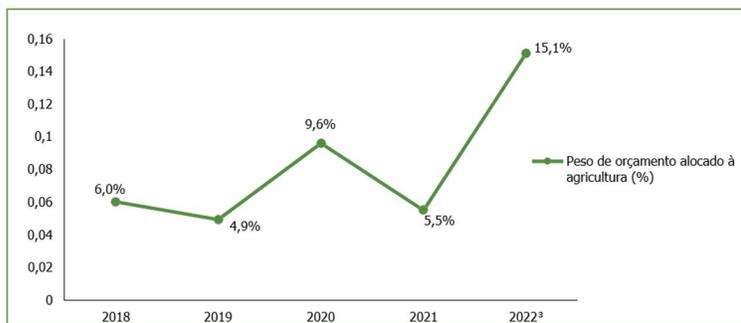


Gráfico 1 Orçamento alocado à agricultura em Moçambique, 2018-2022.

Segundo os IBAA- Indicadores Básicos de Agricultura e Alimentação (2019), o peso do PIB do sector agrário a preços constantes, ano base de 2014, que se estabilizou em torno de 23%, entre 2015 e 2019, tendo a respectiva taxa de crescimento registado 1,2% em 2019,

abaixo da média nacional que foi de 2,3% face a 2018. O orçamento do Estado alocado ao setor continuou abaixo de 10% em todo quinquénio, tendo-se fixado em 4,9% em 2019.

A mecanização agrícola, medida pelo número de tratores alocados pelo Fundo do

Desenvolvimento Agrário ao sector privado para agricultura familiar, reduziu, ao partir de 361 em 2015 para 26 unidades em 2019. No entanto, a área lavrada pelos provedores deste serviço e os produtores beneficiados aumentaram 97% e 78% respectivamente entre 2015 e 2019.

O crédito concedido ao sector agrário manteve-se insignificante no período 2018 a 2022 se comparado com o resto da economia ao corresponder a um peso de 4% em 2018 e 5% em 2020, conforme revela a tabela 1.

Tabela 1: Crédito do sector agrário e pesqueiro (10⁶ Mt), 2018-2022.

| Actividade/Cultura | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Total do crédito à economia | 213 861 | 218 740 | 239 745 | 246 817 | 240 977 |
| Agricultura | 5 429 | 5 769 | 8 102 | 4 838 | 4 508 |
| Total agrário | 7 610 | 8 112 | 12 304 | 6 737 | 6 326 |
| Chá | 644 | 1 393 | 1 117 | 1 033 | 680 |
| Açúcar | 594 | 666 | 1 244 | 556 | 738 |
| Cajú | 1 472 | 828 | 895 | 551 | 352 |
| Sisal | 41 | - | - | 7 | 8 |
| Copra | 102 | 73 | 110 | 16 | - |
| Algodão | 693 | 769 | 1 051 | 349 | 79 |
| Outros | 1 883 | 2 040 | 3 684 | 2 326 | 2 652 |
| Pecuária | 510 | 864 | 1 214 | 816 | 859 |
| Silvicultura e exploração florestal | 157 | 163 | 324 | 44 | 70 |
| Pescas | 1 514 | 1 316 | 2 665 | 1 038 | 888 |

Segundo os resultados do estudo realizado por Mosca e Abbas em 2021, revelam: (1) a nível geral, existem muito baixas relações dos pequenos e médios produtores com os serviços financeiros (cerca de 1% obtém crédito; 8% pertence a um grupo de poupança e 19% dos agricultores têm pelo menos um membro da família que possui uma conta bancária, verificando-se, porém, alguma massificação do acesso ao sistema financeiro através de redes móveis; (2) em nenhuma província mais de 1% dos agricultores obtém crédito bancário; (3) o número de agricultores com empréstimos bancários aumenta com o tamanho das explorações, abrangendo cerca de 4% dos agricultores com mais de 10 hectares de terra; (4) as províncias com maior percentagem de agricultores que afirmam pertencer a uma associação de poupança ou crédito, são: Gaza (20%), Manica (14%), Sofala (12%), Maputo Província (11%) e Nampula (10%).

O segundo fator que impacta na produtividade da agricultura é o uso de tecnologias na agricultura familiar e

assistência técnica de serviços de extensão. Segundo (IAI, 2020), indica que existem no país cerca de 4,3 milhões de explorações agro-pecuárias, das quais 4 167 702 (97,8%) são pequenas, 93 183 (2%) são médias, e 873 (<1%) são grandes explorações. Do total de cerca de 4,3 milhões de explorações (pequenas e médias), cerca de 6,9% receberam informação ou conselho técnico de extensão, 39,9% tiveram acesso à informação sobre preços. Uma das razões que explicam a escassez de oferta de crédito no âmbito do sector agrícola reside, por um lado, na consideração de sua natureza como uma atividade caracterizada por longos ciclos de rotação produtiva e pela necessidade de capital a médio e longo prazo (Mosca; Nova, 2023).

Este fator implica uma maior exposição a riscos variados, tais como condições climáticas adversas, doenças e pragas, além de flutuações potenciais no mercado financeiro, como variações nas taxas de juros e nos prazos de empréstimo. A área cultivada foi de cerca de 5,5 milhões de

hectares, onde 5,5% das explorações utilizaram pesticidas nos seus campos, 8,8% usaram estrume, 7,8% utilizaram fertilizantes químicos e 9,1% usou a rega.

Tabela 2: Percentagem de explorações beneficiária de assistências de serviços de extensão (%)

| Província | Tamanho da exploração (hectares) | | | | | | | | |
|------------------|----------------------------------|---------|-----|-----|------|-------|---------|----------|-------|
| | <0.5 | 0.5 - 1 | 1-2 | 2-5 | 5-10 | 10-20 | 20 - 30 | 30 - 100 | Total |
| Cabo Delgado | 0 | 5 | 4 | 9 | 6 | 50 | | 0 | 6 |
| Gaza | 0 | 5 | 10 | 11 | 14 | 5 | 0 | 25 | 9 |
| Inhambane | 3 | 3 | 5 | 8 | 13 | 17 | 13 | 50 | 5 |
| Manica | 0 | 5 | 9 | 13 | 19 | 24 | 60 | 0 | 11 |
| Maputo Província | 1 | 3 | 7 | 7 | 19 | 13 | 0 | 0 | 6 |
| Nampula | 0 | 3 | 4 | 8 | 11 | 19 | 75 | 0% | 5 |
| Niassa | | 6 | 7 | 11 | 16 | 25 | 100 | 100 | 8 |
| Sofala | 0 | 17 | 24 | 31 | 39 | 67 | 33 | 50 | 26 |
| Tete | 0 | 3 | 6 | 6 | 8 | 18 | 0 | 0 | 6 |
| Zambézia | 0 | 2 | 4 | 5 | 14 | 15 | 40 | 0 | 4 |
| Nacional | 1 | 4 | 7 | 11 | 15 | 22 | 22 | 17 | 7 |

De acordo com os resultados do estudo realizado por Mosca e Abbas (2021), conforme apresentado na Tabela 2, com exceção do último estrato (explorações com áreas entre 30 e 100 hectares), a assistência técnica aos produtores por meio da rede de extensão rural aumenta com o tamanho das explorações. As províncias de Sofala e Manica destacaram-se em 2019/2020, com 26% e 11% dos produtores, respectivamente, recebendo informações ou orientações de um agente de extensão rural. Por outro lado, os agricultores que receberam menos assistência foram aqueles nas províncias de Zambézia (4%), Nampula e Inhambane (5%), Cabo Delgado, Maputo e Tete (6%). A nível nacional, a extensão abrangeu 7% dos produtores.

O estudo citado também revela que 85% dos agricultores, aplicaram as recomendações técnicas dos extensionistas em quase todos os escalões, com exceção dos agricultores com menos de 0,5 hectares, nos quais a percentagem foi de 67%. Observa-se uma maior adoção à medida que o tamanho das explorações aumenta: 85% dos agricultores que cultivam entre 0,5 e 1 hectare afirmaram implementar 85% das sugestões técnicas, seguidos por aumentos ligeiros, atingindo 93% entre 10

e 30 hectares, e 100% para aqueles que trabalham entre 30 e 100 hectares. A nível nacional, e para todos os estratos de produtores, 87% afirmaram aderir às orientações técnicas. A província de Sofala destaca-se com 95%, enquanto Cabo Delgado, registou 79%.

As percentagens dos que disseram adoptar podem revelar: (1) aceitação/recepção para incorporação de novas técnicas produtivas, o que pode significar boa receptividade à inovação; (2) reconhecimento e confiança no trabalho dos extensionistas. A utilização de tecnologias aprimoradas permaneceu em patamares reduzidos entre 2002 e 2008, período no qual foram registrados os dados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). Por exemplo, o uso de pesticidas diminuiu de 7% em 2002 para 4% em 2008, e o acesso aos serviços de extensão declinou de 14% em 2002 para 8% em 2008.

Desde o período colonial, a adopção de serviços e tecnologias agrícolas tem variado, primordialmente em relação ao tamanho das propriedades rurais. No contexto do sector de produção de pequena escala, as práticas tecnológicas baseiam-se predominantemente em técnicas que dependem da mão de obra familiar. O uso de fertilizantes químicos e pesticidas tem

historicamente possuído importância limitada e mantém-se de relevância reduzida (Mosca, 2023).

Em 2006, a República Federal da Nigéria sediou o Summit sobre Fertilizantes da África sob os auspícios da União Africana (AU), como parte integrante da iniciativa da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O resultado deste encontro foi a formulação da "Declaração de Abuja para a Revolução Verde Africana", na qual os Estados-membros da UA se comprometeram, até 2015, a otimizar o uso de fertilizantes para uma média de 50 kg/ha. Para alcançar esse objetivo, implementaram um plano de ação que incluía subsídios para aprimorar o acesso dos agricultores de pequena escala a fertilizantes. O programa proposto para Moçambique diferentemente do programa do Malawi, focaliza num segmento específico de 145 000 produtores comerciais que tem capacidade de produzir grandes volumes (acima de 10 toneladas de cereais) e de ter um impacto mais eficiente na produção em função de sua experiência comprovada na agricultura (Guanziroli; Guanziroli, 2015). Observa-se que o valor médio de uso de fertilizante cresceu de 708 para 821 meticais de 2002 (16%), e apenas 7% dos agregados familiares utilizaram fertilizantes em algum momento, enquanto um pouco mais de 10% utilizaram pesticidas.

Em relação à prestação de assistência à produção, o número total de profissionais de extensão agrícola era de 2 025 em 2013 e aumentou para 2 794 em 2018, abrangendo a extensão pública, que expandiu de 1 137 para 1 863, a extensão conduzida por empresas, que cresceu de 281 para 510, e a extensão promovida por organizações não governamentais, a qual diminuiu de 607 para 421 extensionistas. O serviço de extensão oferece suporte a cerca de 20% dos agricultores, com uma frequência limitada de visitas por agricultor, contrastando com a meta estabelecida de 100% até 2018, conforme

estipulado pelas Metas de Malabo." (Carrilho; Ribeiro, 2020).

Embora tenha um papel significativo na produção de alimentos e na ocupação de terras, o sector familiar tem integração parcial no mercado. O Estado exonerou-se na criação das condições necessárias para fortalecer sua capacidade de resistência frente a uma série de choques climáticos e imperfeições do mercado. No entanto, essa exoneração não se estendeu às médias e grandes empresas rurais, associadas aos interesses privados das elites políticas e económicas em âmbitos locais, centrais e internacionais. É nessa perspectiva que Montaño (2003) afirma que o Estado abdicou de criar as condições necessárias para fortalecer sua resiliência em face de vários choques climáticos e imperfeições do mercado. As instituições públicas do sector transferiram para empresas, Organizações não Governamentais (ONG's), que adiante se designa por "terceiro setor" e projetos a responsabilidade pela intermediação direta com os pequenos produtores.

As instituições públicas do sector transferiram para as empresas, ONG's e projetos a responsabilidade pela ligação direta com o pequeno produtor (Carrilho; Ribeiro, 2020). Boughton et al., (2007), Mather et al., (2011) defendem que não obstante a importância de mercados agrícolas na redução da pobreza (a participação nos mercados ainda é reduzida devido à baixa produção, falta de agro processamento, elevados custos de transporte e algumas vezes, a ausência de vias de acesso ligando as zonas de maior potencial produtivo às zonas deficitárias, entre outros aspectos.

Em 2002, apenas 3,4% dos agregados familiares vendeu arroz, e destes, cerca de 40% encontravam-se na província da Zambézia. Em 2002, o milho constituía o produto básico alimentar mais comercializado no país, correspondendo a cerca de 84% do volume total de cereais comercializados, e cerca de 44% do valor total de comercialização de culturas

alimentares. Cerca de 30% de agregados familiares vendeu milho em 2002 (Boughton et al., 2007). Em 2012 apenas 18% dos agregados familiares vendeu milho, com apenas 1,2% em Gaza e 33% na Zambézia. Considerando que nem todos pequenos produtores possuem a capacidade financeira de se tornarem comercialmente viáveis no curto ao médio prazo, agregados familiares que não consigam reunir os meios necessários, não poderão escapar da pobreza através da participação no mercado (Boughton et al., 2007). A frequência e o volume de comercialização dos produtos agrícolas são significativamente menores entre os pobres.

CONCLUSÕES

A análise dos determinantes socioeconômicos associados à produtividade agrária revelou a complexidade e a interdependência dos fatores que influenciam a eficiência agrícola em Moçambique. Este estudo forneceu uma visão abrangente sobre como fatores, financeiros e de extensão agrária moldam os resultados agrícolas. O acesso a crédito agrícola, subsídios e serviços de extensão agrária foram confirmados como sendo os principais determinantes da produtividade agrícola. Agricultores com acesso a recursos financeiros têm maior capacidade de investir em insumos de alta qualidade e tecnologia, resultando em rendimentos mais elevados.

Os serviços de extensão agrária, o acesso a informações sobre os preços de mercado e a disponibilidade de serviços financeiros e de crédito são consideravelmente limitados em todo o território nacional. A análise efetuada revela, no entanto, que os benefícios desses serviços aos produtores aumentam conforme o tamanho das explorações agrícolas. Os pequenos produtores, em particular, são os menos beneficiados pelos serviços ao produtor, tanto públicos quanto privados. A restrição ao acesso de serviços de extensão limita a disseminação de conhecimentos e

tecnologias agrícolas inovadoras, enquanto a escassez de informações sobre preços de mercado impede que os produtores obtenham preços justos por seus produtos. Evidências indicam que a introdução de crédito neste setor pode interromper a persistência da pobreza, permitindo que agricultores de baixa renda tenham acesso aos fertilizantes e, portanto, maximizem sua função de produção de maneira incondicional, resultando em um aumento significativo do lucro em uma função de produção eficiente. Essa compreensão mais profunda das necessidades e potenciais dos agricultores familiares sugere que políticas e programas agrícolas devem ser orientados não apenas para fornecer insumos e conhecimentos técnicos, mas também para garantir o acesso a crédito e serviços financeiros adequados. Além disso, estratégias que visem reduzir os custos de produção, como subsídios para insumos agrícolas, podem desempenhar um papel crucial na melhoria da produtividade e na redução da pobreza rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1998). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª ed. São Paulo: Unicamp.
- Amin, S. (2012). *Contemporary Imperialism and the Agrarian Question*. In: *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1(1): 11–26. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/227797601200100102>. Acesso 30/03/2024.
- Bruna, N. (2017). *Plantações Florestais e a Instrumentalização do Estado em Moçambique*. *Observador Rural*, (53), Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR).
- Bebbington, A. (1999). *Capitals and capabilities: A framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty*. *World Development*, 27(12), 2021-44. Disponível:

- <https://www.iied.org/6151iied>. Acesso: 14/10/2023.
- Boughton, D., Mather, D., Barrett, C., Benfica, R., Abdula, D., Tschirley, D., Cunguara, B. (2007). Market Participation by Rural Households in a Low-Income Country: An Asset-Based Approach Applied to Mozambique. *Faith and Economics*, 50, pp. 64-101.
- Carrilho, J. Z.; & Ribeiro, R. N. (2020). Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrícola em Moçambique. United Nations University World Institute for Development Economics Research. Disponível: Working Paper 2020/128-Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrícola em Moçambique (unu.edu). Acesso: 25/10/2023.
- Chossundovsky, M, (2003). *The Globalization of Poverty and the New World Order*. Canada: Global Research, Center for Research on Globalization (CRG), Second Edition.
- Guanziroli, E. C.; & Guanziroli, T. (2015). *Modernização da Agricultura em Moçambique: determinantes da renda agrícola*.
- Mazoyer, M.; & Roudart, L. (2009). *História das Agriculturas no mundo: Do Neolítico à Crise Contemporânea*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU).
- Moçambique. (2020). Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). Programa do Sector Agrário (2020-2024).
- Moçambique. (2022), Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Indicadores básicos de agricultura e alimentação (2018-2022). Maputo.
- Moçambique. (2010). Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Estatísticas de Moçambique. Maputo, 2010.
- Mather, D., Boughton, D.; Jayne, T. (2011). *Smallholder Heterogeneity and Maize Market Participation in Southern and Eastern Africa: Implications for Investment Strategies to Increase Marketed Food Staple Supply*. International Development Working Paper. East Lansing: Michigan State University.
- Mosca, J.; Nova, Y. (2023). *A Contra Transformação Estrutural Agrária em Moçambique*. Observatório de Meio Rural. Maputo: Moçambique.
- Montaño, C. (2003). *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao Método de Marx*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Nova, Y.; Dadá, Y. A.; Mussá, C. (2019). *Agricultura em Números: Análise do Orçamento do Estado, Investimento, Crédito e Balança Comercial*. Observador Rural, (74). Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR).
- Kalecki, M. (1993). *The problem of financing economic development*. Em J. Osiatynsky, ed., *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. V Oxford: Oxford University Press.